



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2014**

**ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:**

**a) ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e N.º 02 - HABILITAÇÃO – entrega até às 09:15 horas do dia 13/06/2014.**

**b) ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:30 horas do dia 13/06/2014** na sala de reuniões do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande, à Avenida Cedro, 507- Eucaliptos – Fazenda Rio Grande – Paraná.

O Pregoeiro do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, designado pela Portaria nº 001/2014, editado pelo Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, sendo esta licitação disciplinada pelas Leis Federais de números 8.666/1993 e 10.520/2002, pela Lei Complementar 123/2006, pela Lei Municipal nº 260/2005 e pelo Decreto Municipal nº 1.254/2006, alterado pelo Decreto Municipal nº 3446/2013, e demais normas pertinentes, bem como pelo disposto neste instrumento convocatório, devendo os interessados entregar seus documentos e propostas nas datas e locais supramencionados.

**1 – DO OBJETO**

**1.1** A presente licitação objetiva a locação de software previdenciário para uso do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande, conforme termo de referência - Anexo I.

**2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste **Pregão** as empresas que atenderem as exigências deste Edital e seus Anexos.

**2.2.** Não será permitida a participação de firma em consórcio ou em processo de falência ou recuperação judicial ou que se encontre incurso na penalidade prevista no Art. 87, incisos III e IV, da Lei 8.666/93.

**2.3.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, servidor ou dirigente dos Poderes Executivo, Legislativo e dos Órgãos da Administração Indireto do



Município de Fazenda Rio Grande.

## 3 – DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

**3.1.** Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, a proponente deverá enviar um representante munido de documentos que comprovem a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame (podendo utilizar-se do modelo indicado no Anexo II), respondendo o mesmo pela representada, devendo, ainda, antes da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento com foto equivalente.

**3.1.1.** Em caso da empresa requerer o benefício da Lei 123/2006, deverá inicialmente comprovar apresentando documento emitido pela Junta Comercial, no qual enquadra a empresa no benefício da lei, e/ou certidão do simples, extraída junto ao site da Receita Federal.

**3.1.2.** O benefício estipulado pela Lei Complementar 123/2006, deverá ser solicitado por escrito, no momento do credenciamento sob pena de preclusão do direito de requerê-lo.

### **3.2. O credenciamento far-se-á:**

**3.2.1.** Por instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida em cartório e acompanhada do ato constitutivo da empresa, com poderes expressos para formular propostas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente;

**3.2.2.** No caso de diretor, sócio, proprietário ou assemelhado da empresa licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso, devendo a documentação mencionada estar acompanhada de cópia ou de somente cópias autenticadas, na qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**3.2.3.** Os documentos apresentados deverão ser entregues em original ou por qualquer processo de cópia legível devidamente autenticados por cartório competente, ou mediante apresentação de via original para conferência do Sr. Pregoeiro.

**3.3.** A falta ou incorreção do documento de credenciamento não impedirá a licitante de entregar os envelopes da proposta e de habilitação, mas a impedirá de manifestar-se no certame.



**4 – DAS PROPOSTAS**

**4.1. Da Proposta Comercial.**

**4.1.1. A proposta comercial deverá atender às seguintes exigências:**

- a) SER DATILOGRAFADA OU DIGITADA NOS MOLDES DO ANEXO VI (complementando-se com todos os demais requisitos deste Edital, especialmente aqueles constantes neste tópico – das propostas), em (01) uma via, escrita em língua portuguesa, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) Fazer menção ao número do Pregão, ao dia e à hora de sua realização;
- c) Atender a todos os itens e condições constantes deste Edital e seus anexos.
- d) Ser datada, carimbada e assinada na última (ou única) folha pelo representante legal da empresa, e ter as demais (eventuais) folhas rubricadas;
- e) Conter as especificações de forma clara e detalhada do objeto cotado, que deverão estar de acordo com as exigências constantes do ANEXO I, não se admitindo propostas alternativas;
- f) Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior à 60 dias, contados do dia subsequente ao da data de abertura das propostas;
- g) Cotar os preços em moeda nacional, já incluídos tributos, contribuições, taxas, seguros, manutenção preventiva no período de garantia e outras quaisquer despesas incidentes para realização dos serviços (com exceção daquelas relacionadas a estrutura física do local de trabalho e materiais utilizados);
- h) As licitantes deverão cotar os preços unitários para cada item, indicando-se, ao final, o valor global (encontrado a partir das multiplicações dos valores unitários pelos respectivos quantitativos, somando-se os resultados destas operações).

**4.2.** Em conformidade com o item 4.1.1. g, as propostas deverão se dar a partir da indicação de montante “bruto”, ciente desde logo a proponente que serão realizados os devidos descontos legais (tributários, previdenciários e outros), através da contabilidade própria da empresa ou na fonte, se assim determinar a lei.

**4.3.** No caso de o prazo de validade da proposta ser omitido nesta, o Pregoeiro entenderá como sendo igual ao previsto no item 4.1.1. f.

**4.4.** Não serão consideradas, como critério de classificação, vantagens não previstas no Edital, ou ainda baseadas em ofertas das demais licitantes.



4.4.1. Qualquer vantagem oferecida, contudo, vinculará o proponente, ficando obrigado a cumpri-la.

**4.5.** A partir do momento da abertura do envelope da proposta, o licitante estará declarando que cumpre com todos os requisitos da habilitação.

4.5.1. Aquele que apresentar declaração falsa será punido como determina o artigo 7º da Lei 10.520/02, ou seja, por deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.

## 5 - DA HABILITAÇÃO

**5.1** Os documentos referentes à habilitação (listados no presente tópico), que se dará, na forma da lei, após identificado o participante com a proposta mais vantajosa, será encaminhado através do Envelope n.º 02, a ser entregue no local e hora definidos neste edital, juntamente com o Envelope n.º01, correspondente à Proposta Comercial.

**5.1.1** A licitante deverá apresentar, em 01 (uma) via, original ou cópia autenticada por Tabelião, pelo Pregoeiro ou um por um membro da equipe de apoio, mediante a apresentação do original para conferência, ou publicação em órgão de imprensa oficial, os documentos exigidos nos tópicos seguintes.

**5.1.2.** Os documentos (com exceção dos referentes à qualificação técnica) deverão estar relacionados à sede ou filial através da qual será formalizado o contrato posteriormente, e realizados os respectivos pagamentos.

**5.1.3.** Todos os documentos emitidos pela empresa proponente, em especial as declarações e relações, que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou administrador da empresa, identificadas no Ato Constitutivo ou documento análogo legalmente aceitável, deverão ser acompanhados de Procuração que conceda poderes ao signatário.

### **5.2. Habilitação Jurídica**

5.2.1. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor, podendo ser substituído por Certidão Simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais do licitante e o ramo da atividade, com data de expedição não superior a 60(sessenta) dias.



5.2.1.1. Para que se apliquem os benefícios da Lei Complementar 123/2006 a licitante deverá apresentar certidão emitida pela Junta Comercial na qual se encontra inscrita, e/ou certidão do simples, extraída junto ao site da Receita Federal, assim como deverá apresentar declaração de que se enquadra no porte descrito pela mesma Lei.

5.2.1.2. A apresentação de declaração falsa, devidamente comprovada após o processo contraditório, será punida nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02.

**5.2.2.** Apresentar prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF), a qual poderá ter sua veracidade confirmada pelo Pregoeiro, através de busca na internet.

### **5.3. Habilitação Fiscal**

**5.3.1.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal do domicílio ou sede do proponente, e Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

**5.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

**5.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Tributos Municipais, ou outro equivalente na forma da lei, expedida pelo órgão responsável do domicílio ou sede o proponente;

**5.3.4.** Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular em relação ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**5.3.5.** Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, INSS, em vigor, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.

**5.3.6** Prova de adimplência com a Justiça Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**5.3.7.** As empresas de pequeno porte, assim como as microempresas, poderão ter o objeto adjudicado em seu nome ainda que apresente as certidões descritas neste tópico se encontrem irregular, desde que cumpram os seguintes requisitos:

5.3.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, na ocasião de participação de procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida, para efeito para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que



esta presente alguma restrição.

5.3.7.2. No caso de haver restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, que terá início no momento em que o proponente for declarado vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas.

5.3.7.3. No caso de não haver regularização no prazo previsto, implicará na decadência do direito de contratação, sendo esta conduta equivalente às previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93, podendo ser convocado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

Obs.: As Certidões exigidas neste item 5.3 que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 06 (seis) meses.

## **5.4. Qualificação Econômico-Financeira**

5.4.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor, sendo considerada a validade da certidão no prazo máximo de 30 dias após da data de emissão, no caso de não haver prazo de data estipulado na referida certidão.

## **5.5. Qualificação Técnica**

5.5.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por no mínimo 03 (três) órgão público ou privado comprovando a especialidade no objeto do presente edital, compreendendo características, quantidades e prazos emitidos em nome do licitante participante.

5.6. Deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

5.6.1. Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.



**5.6.2.** Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, (conforme modelo do Anexo IV), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

**5.6.3.** Declaração de responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo V do presente edital.

## **6 – DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E DO JULGAMENTO**

**6.1.** No dia, hora e local designados no Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, antes do início da sessão, conforme item 03 deste Edital.

**6.2.** Os interessados ou seus representantes legais entregarão ao Pregoeiro os 02 (dois) envelopes distintos, opacos e fechados, com a indicação do conteúdo, como segue:

### **ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014  
Abertura: Às 09:30 horas do dia 13/06/2014  
Objeto: Locação de Software Previdenciário**

### **ENVELOPE N.º 02 – HABILITAÇÃO**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014  
Abertura: Às 09:30 horas do dia 13/06/2014  
Objeto: Locação de Software Previdenciário**

**6.3.** Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

**6.4.** O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais e classificará para a fase seguinte a licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL para todos os itens, e aquelas que tenham apresentado propostas





em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.

6.4.1. Somente serão consideradas validas as propostas com valores cotados para todos os itens, objeto desta licitação, caso contrários às mesmas serão desclassificadas pelo Pregoeiro.

6.4.2. Quando não forem verificadas pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior (na margem de 10%, excluindo-se deste cômputo a de melhor preço), o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes até o máximo de 03 (três), além da melhor proposta, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.4.3. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas iniciais, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.

6.4.4. PARA EFEITO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS CONSIDERAR-SE-Á O MENOR PREÇO GLOBAL, considerando todos os itens que compõe a licitação.

**6.5.** O Pregoeiro convocará as licitantes classificadas conforme item 6.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta de maior preço, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.

6.5.1. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.5.2 A proporção inicial entre os preços deverá ser mantida, independentemente da quantidade de lances e do preço global ofertado.

**6.6.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas na Legislação vigente, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**6.7.** Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

**6.8.** Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, sendo-lhe permitida a negociação em busca de um menor preço.

6.8.1. Finalizada a negociação, e havendo a participação de empresas de micro e pequeno porte com empresas que não se enquadrem em alguma dessas classificações, serão consideradas empatadas as propostas das primeiras que se encontrarem em até 5% (dez por cento) das segundas.





6.8.2. Nesta condição será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.8.2.1. Para o desempate será utilizado o seguinte critério:

- I- a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, considerando, ainda, o percentual de 5% (cinco por cento);
- II- não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 6.4.1, na ordem classificatória;
- III- no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- IV- no caso de não contratação com as empresas de pequeno porte ou microempresa, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora.

6.8.3. A micro empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**6.9.** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado e verificado o atendimento às exigências habilitatórias, conforme item 05 deste Edital.

**6.10.** Caso a oferta não seja aceita ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar diretamente com o novo proponente, até a apuração da proposta que atenda ao edital.

**6.11.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**6.12.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelos proponentes presentes.



**6.13.** Finalizada a reunião o proponente vencedor terá dois dias para apresentar proposta equalizada com os preços devidamente alinhada com os valores do lance vencedor.

6.13.1 Quando da entrega da proposta equalizada, a proporção inicial entre os preços deverá ser mantida, independentemente da quantidade de lances e do preço global ofertado.

**6.14.** Caso o licitante presente não assine a ata, decairá do direito de interpor recurso.

### **7 – DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO**

**7.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**7.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**7.3.** Os recursos contra decisões do pregoeiro terão efeito suspensivo. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.4.** Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

**7.5.** No caso de haver recurso, o envelope da habilitação deverá permanecer em posse do pregoeiro, devidamente lacrado e rubricado pelos participantes, até o julgamento final do recurso.

**7.6** – Desclassificado o recorrido, será convocado o licitante imediatamente posterior, obedecendo a ordem de classificação.



7.6.1. Para verificar a habilitação técnica do sucessor, o respectivo envelope de habilitação será aberto na presença dos demais licitantes, que serão convocados para a sessão de julgamento extraordinária.

7.6.2. O não comparecimento das empresas convocadas implicará na renúncia do direito à recorrer.

7.6.3. Havendo a desclassificação da empresa sucessora, será aberta a documentação habilitatória do concorrente imediatamente posterior, que, estando regular, e verificada a conveniência da contratação pela administração pública, não poderá a se recusar em assinar a Ata de Registro, ainda que decida por não participar da sessão de julgamento extraordinária.

### 8- DO RECEBIMENTO

**8.1** - Para o acompanhamento, fiscalização e recebimento da entrega do material, objeto desta licitação, será designado no ato da assinatura da Ata de Registro um responsável do setor, que fará o recebimento nos termos do artigo 73, I, "a" e "b", da Lei 8.666/93, competindo-lhes, também, transmitir ordens e/ou reclamações quando da constatação de irregularidades que porventura acontecerem, devendo dirimir dúvidas que surgirem no decorrer da prestação dos serviços.

### 9 – DO PAGAMENTO

**9.1.** Os pagamentos serão realizados mensalmente em até 15 (quinze) dias após a apresentação na Nota Fiscal Eletrônica, devidamente atestada, exclusivamente pela rede bancária oficial mediante crédito em conta corrente.

**9.1.2.** A contagem do prazo supra se dará a partir da entrega da Nota Fiscal devidamente atestada, desde que acompanhada das certidões Negativa de Débito referente ao INSS e de Regularidade perante o FGTS.

**9.2.** Para execução do pagamento a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande, CNPJ n.º 05.145.721/0001-036, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência, conforme orientação do edital de licitação quanto à descrição do item.

**9.3.** Caso a licitante vencedora seja beneficiária de imunidade ou isenção fiscal, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**9.4.** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da



despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande.

## 10 – DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

**10.1** O valor do presente contrato poderá reajustado a cada (12) meses, **se prorrogado**, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal: **INPC (IBGE)**, acumulados nos últimos doze (12) meses anteriores à data do reajuste.

## 11 – DA VIGÊNCIA

**11.1.** O período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

**11.2.** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período em conformidade com o que dispõe o artigo 57, inciso II da lei 8.666/93 e suas alterações.

## 12 – DAS SANÇÕES

**12.1.** O descumprimento total ou parcial do objeto do presente Pregão, a Administração do Instituto de Previdência de Fazenda Rio Grande poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

**12.1.1.** Advertência;

**12.1.2.** multa de 1% (um por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

**12.1.3** - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Registro, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, e que será cumulada com a multa de mora do item 14.1.2;

**12.1.4.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Fazenda Rio Grande por prazo de até 02 (dois) anos;

**12.1.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 cinco anos.



**12.1.5.1.** Ultrapassado este prazo sem que os motivos que levaram a declaração da inidoneidade e seus resultados tenham cessados, permanecerá a punição até a regularização perante a autoridade que determinou a punição

**12.1.5.2.** Dentre as causas que motivam a declaração de inidoneidade estão:

- a) comportar-se de modo inidôneo;
- b) fazer declaração falsa;
- c) cometer fraude fiscal;
- d) fraudar na execução do contrato.

**12.2.** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, as penalidades referidas no Capítulo IV da Lei 8.666/93.

**12.3.** O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente junto ao Instituto de Previdência de Fazenda Rio Grande, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, o débito, se não adimplido, será inscrito em dívida ativa e executado na forma da lei.

**12.4.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**12.5.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

**12.6.** Excepcionalmente, “*ad cautelam*”, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

### 13- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**13.1.** Os recursos necessários ao atendimento das despesas mencionadas neste Edital correrão por conta da dotação orçamentária sob o nº 13.01.09.271.0011.2.092-3.3.90.39.11.00.00.00 do orçamento para o exercício de 2014.

**13.2.** O preço máximo desta licitação é de R\$ 14.953,33 (quatorze mil e novecentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos) conforme o contido no anexo I.

### 14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**14.1.** O Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande poderá adiar ou revogar o presente pregão por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente o suficiente para justificar tal conduta. Deverá anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer



escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

**14.2.** Serão assegurados aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa nos casos tratados no item anterior.

**14.3.** O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões em conformidade com o estabelecido no art. 65 da Lei 8.666/93.

**14.4.** O pregoeiro resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.

**14.5.** As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após homologação pelo Presidente o Instituto de Previdência de Fazenda Rio Grande.

**14.6.** A apresentação da proposta pela licitante implica aceitação de todos os termos deste edital e seus anexos, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

**14.7.** Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

**14.8.** Todas as Declarações que formam os anexos deste Edital deverão ser assinadas por pessoa com comprovados poderes para tanto.

**14.9.** Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

**14.10.** No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a inabilitação em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 43, parágrafo 5º da Lei nº. 8.666/93.

**14.11.** Caso já esteja estabelecida a relação contratual (nota de empenho e/ou contrato), vindo o contratado apresentar certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), ocorrerá à rescisão contratual, por inadimplemento de cláusula do contrato, conforme artigo 55, inciso XIII c/c artigo 78, I, da Lei nº. 8.666/93.



**14.12.** Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços do objeto do presente edital, o que significa que deverá computar, nos preços unitários, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa e correta execução dos serviços

**14.13.** Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como perdas não consideradas de materiais, projetos incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de materiais especificados no prazo, entre outros.

**14.14.** - Esclarecimentos sobre este Pregão serão prestados diretamente pelo pregoeiro e poderão ser obtidos a partir da data de emissão do presente edital, mediante solicitação por escrito, protocolada de segunda a sexta-feira, **das** 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande ou através do e-mail [fazprev@fazprev.com.br](mailto:fazprev@fazprev.com.br).

**Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Anexo II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**Anexo III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO**

**Anexo IV – DECLARAÇÃO IDONEIDADE**

**Anexo V – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

**Anexo VI – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**Anexo VII – MINUTA DO CONTRATO**

Fazenda Rio Grande (PR), 30 de maio de 2014.

Dionatan Matos dos Santos  
Pregoeiro





## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Objetivo

Este termo de referência visa especificar os requisitos mínimos necessários para a locação de software previdenciário para uso do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande – FAZPREV.

#### 2. Justificativa

A locação de software previdenciário se faz necessária, visto que é imprescindível cadastrar servidores, projetar as datas prováveis de aposentadoria (simulações), administrar benefícios concedidos, emitir relatórios individuais e gerenciais, etc.

#### 3. Especificação dos Softwares:

##### - CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES GERAIS DOS SOFTWARES:

- Funcionar em rede, com sistema operacional proprietário (Windows Server 2008 – Data Center) ou livre no servidor;
- Ser compatível com ambiente multiusuário, permitindo a realização de tarefas concorrentes;
- Funcionamento em desktop;
- Plataforma Cliente/Servidor (As aplicações cliente/servidor podem ser desenvolvidas utilizando-se no mínimo o modelo de 02 camadas);
- Prover o controle efetivo do uso dos sistemas, oferecendo total **segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações**, através do uso de senhas, permitindo configuração das permissões de acesso individualizadas por usuário e função;
- O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) poderá ser livre (gratuito), ou proprietário com as despesas resultantes da utilização deste software (sistema) sendo por conta da empresa contratada;
- Ser baseado no conceito de controle de transações, mantendo a integridade do Banco de Dados em quedas de energia e falhas de software/hardware;
- Possuir base de dados integrada para os módulos contratados;
- Registrar todos os acessos diários do **usuário (log)** no caso de cadastros e movimentações, composto no mínimo do código do operador e data da operação;
- Utilizar a língua portuguesa para toda e qualquer comunicação dos



sistemas aplicativos com os usuários;

- Possuir a facilidade de importação/exportação de dados para os sistemas do TCE;
- Teclas e funções padronizadas em todos os sistemas, de forma a facilitar o seu aprendizado e operação;
- Possuir atualização on-line dos dados de entrada, permitindo acesso às informações atualizadas imediatamente após o término da transação;
- Permitir personalizar relatórios e telas com a identificação do FAZPREV;
- Possuir Sistemas aplicativos construídos com interface gráfica nativa e suporte para utilização de mouse obedecendo aos parâmetros de usabilidade;
- Permitir a visualização dos relatórios em tela, bem como a gravação opcional dos mesmos em arquivos, com saída em disquete ou disco rígido, e a seleção de qualquer impressora da rede desejada;
- Permitir localização por palavra ou parte desta nas visualizações dos relatórios para otimizar possíveis conferências;
- Ser parametrizável pelo usuário, em tabelas de fácil compreensão e atualização;
- Assegurar a integração de cadastros e tabelas de cada sistema aplicativo, garantindo que a informação seja alimentada uma única vez;
- Todos os sistemas, sem exceção, deverão ser desenvolvidos para utilização em ambiente gráfico.
- Atualização nos parâmetros dos sistemas, conforme atualização nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal em tempo hábil;
- Ser capaz de realizar backup físico dos dados salvos na sede do Instituto pelo menos uma vez por semana;
- Controle de acesso e perfis de acessos de usuários e gerenciamento de acesso;
- Permitir que os relatórios possam ser salvos em formatos de arquivos "RTF, PDF e XLS";

### **- Controle Previdenciário e Concessão de Benefícios**

- Permitir a importação da base de dados cadastrais de todos os segurados da Administração direta e indireta;
- Efetuar simulação de aposentadoria, com a apresentação de regras e cálculo dos períodos, informando quando o servidor poderá se aposentar e por quais regras, com a indicação de quais melhores regras para cada segurado emissão de relatórios detalhados sobre a simulação de aposentadoria inclusive o tempo restante de serviço/contribuição para dar entrada ao processo de aposentadoria;
- Permitir a simulação de proventos inclusive para casos de aposentadoria por proporcionalidade, com cálculos dos proventos do segurado de acordo com os fatores previdenciários emitidos mensalmente pelo Ministério da Previdência Social com aplicação também das regras de aposentadoria por



integralidade, sendo que a decisão pela integralidade ou proporcionalidade deverá ser apresentada seguindo a legislação específica;

- Quando para casos de aposentadoria por invalidez o sistema deve ter recurso para emitir relatório de exame Médico Pericial e o Laudo Médico Pericial com as informações do segurado já preenchidas para junta médica preencher estes documentos e devolvê-los ao RPPS informando qual a doença diagnosticada pelo seu código segundo o Código de doenças da classificação estatística de doenças e problemas relacionados com a saúde – CID-10, em consonância ao exigido pelos Ministérios da Previdência Social e da Saúde.
- Possuir cálculo de proventos integrais e proporcionais ao conceder aposentadoria;
- Efetuar controle dos benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, realizando o cálculo automaticamente, inclusive proporcionalidades, no caso de pagamento fracionado entre o Ente e o RPPS, contendo data de início e término do benefício, com aviso acusando sobre o tempo máximo para auxílio-doença de acordo a legislação vigente;
- Possibilitar o cadastro de benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão emitindo planilhas de controle;
- Emissão de requerimento de aposentadoria padronizável;
- Emissão de Ofício de requerimento de documento funcional padronizável;
- Emissão de declaração de não acúmulo de cargo público ou processo disciplinar padronizável;
- Emissão de declaração de ciência e acordo padronizável;
- Emissão de Declaração de residência padronizável;
- Emissão de requerimento de aposentadoria padronizável;
- Emissão de simulação de aposentadoria padronizável;
- Emissão de requerimento de aposentadoria padronizável;
- Emissão de Relatório de remunerações atualizadas pelo INPC com todas as remunerações do segurado desde julho de 1994, conforme a Emenda Constitucional 41/2003, atualizadas automaticamente pelos fatores previdenciários mais recentes, disponibilizados pelo Ministério da Previdência social, informando quais remunerações compuseram a parte de 80 % das maiores remunerações utilizadas para o cálculo da Média Aritmética simples;
- Emissão de relatório de simulações de proventos gerando automaticamente planilha, baseando os cálculos na média aritmética simples, trazendo o valor a que o segurado terá direito a receber ao se aposentar;
- Emitir Certidão de Verbas Remuneratórias;
- Possibilitar emissão de Portaria de Concessão de Aposentadoria com numeração sequencial, podendo ser automática ou manual, de acordo com a numeração em utilização pelo Regime Próprio com embasamento legal inclusive, de acordo com a legislação municipal;
- Emissão de Declaração de Publicação de Portaria padronizável;



- Emissão de Certidão de Tempo de Contribuição de Acordo com a legislação vigente incluindo a Portaria Ministerial nº 154/2008;
- Emissão de ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas seguindo numeração sequencial, podendo ser automático ou manual, de acordo com a numeração utilizada pelo Regime Próprio;
- Demais documentos de necessidade do FAZPREV;

### **Cadastro Previdenciário**

- Possuir integração com todos os setores do Instituto;
- Possuir cadastro completo de tempos anteriores ao RPPS, emitindo relatórios individuais de cada segurado;
- Permitir o cadastramento de ativos, inativos e pensionistas contendo integração com demais setores;
- Permitir cadastramento de dependentes de servidores ativos e inativos contendo integração com demais setores;
- Permitir exportação de todos dados para realização de Cálculo Atuarial no layout específico exigido;
- Possuir integração com o sistema de Departamento de Pessoal com os outros órgãos do município, possibilitando a coleta de informações de forma eletrônica, sem necessidade de digitação de dados;
- Permitir realizar recadastramento de segurados do instituto, inativos e pensionistas, através de reconhecimento biométrico;
- Permitir sincronização (importação/exportação) com o SIPREV conforme LAYOUT exigido pelo MPS;
- Permitir sincronização (importação) com o SISOBI - SISTEMA DE ÓBITOS;

### **Gestão de Arrecadação Previdenciária**

- Permitir o cadastro de órgãos da administração direta e indireta;
- Permitir importação mensal da folha de pagamento de todos os servidores dos órgãos do município (administração direta e indireta), informando todos os valores de contribuições;
- Permitir sincronização (importação/exportação) com o SIPREV conforme LAYOUT exigido pelo MPS;
- Possibilitar a conferência dos repasses previdenciários informados para controle previdenciário de cada servidor com base na legislação vigente;
- Emitir extrato mensal de contribuições de acordo com a legislação vigente;
- Emitir guia de recolhimento mensal e boletos com código de barras, discriminando valores de contribuição dos servidores, do empregador, atualização monetária e juros, individual e por órgão;
- Conferência de todos os ganhos de cada servidor para conferência do desconto previdenciário (parte servidor e parte patronal);
- Inserção manual e automática de contribuição para cada servidor;



- Controle de data do repasse das contribuições com base na legislação municipal vigente;

#### 4. Obrigações da Contratada

- O (a) Contratado (a) obriga-se a:

- Instalar e dar treinamentos para a utilização dos softwares locados;
- Ser responsável por todos os serviços prestados e previstos neste documento, bem como pelos danos causados pelos profissionais diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo FAZPREV;
- Ser responsável por todo o ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com os serviços;
- Apresentar ao Contratante, mensalmente, Nota Fiscal em 01 (uma) via, acompanhada de Certificado de Regularidade do FGTS, Certificado de Regularidade junto ao INSS, Certificado de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais e regularidade perante a Justiça do Trabalho, vigente;
- O documento de cobrança consignará valores em reais e discriminará o mês em que os serviços foram executados, número de conta bancária, agência, número do Contrato e Nota de Empenho.
- O contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela(o) Contratada(o).
- Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa em função das obrigações contratuais, a mesma ficará pendente e o pagamento susado, até que a(o) contratada(o) providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para o contratante.
- Se, por qualquer motivo alheio à vontade do Contratante, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.
- Qualquer atraso ocorrido na apresentação dos documentos, por parte da(o) Contratada(o), importará em prorrogação automática de seu vencimento, por período igual ao do atraso verificado.
- Comunicar à fiscalização do Contratante o nome de seus prepostos ou empregados com competência para manter entendimentos e receber comunicações e transmiti-las.
- Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento.



- Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato.

## **5. Das Obrigações do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande**

Proporcionar todas as facilidades para que a(s) empresa(s) possa(m) cumprir com suas obrigações dentro das normas e condições legais e as contidas neste termo de referência.

Notificar o representante da empresa a ocorrência de eventuais imperfeições relacionadas ao objeto contratado, estipulando prazo para sua correção.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

## **6. Do Pagamento**

O Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande efetuará o pagamento em até 15 (quinze) dias após a apresentação na Nota Fiscal, devidamente atestada, exclusivamente pela rede bancária oficial, via boleto bancário e/ou crédito em conta corrente.

Para a opção de crédito em conta bancária, caso o Contratado não possua conta na Caixa Econômica Federal será descontada uma taxa estipulada por este banco referente ao custo do DOC.

## **7. Estimativa Total**

O valor estimado para locação dos softwares previdenciários, objeto deste termo de referência é de R\$ 14.953,33 (quatorze mil e novecentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos).



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014**

**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

A Empresa ....., CNPJ nº ..... neste ato representada por seu sócio-gerente/presidente/diretor Sr ..... credencia o Sr(a)....., portador da cédula de identidade registro geral nº ....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº ....., conferindo-lhe todos os poderes gerais necessários à prática de quaisquer atos relacionados com o PREGÃO PRESENCIAL n.º #####, especialmente os de rubricar toda a documentação e as propostas, emitir declarações, apresentar reclamações, impugnações ou recursos, desistir de prazos recursais, assinar atas e ofertar lances verbais de preço na sessão.

Local , ## de ##### de 2014.

.....  
Assinatura do representante legal da licitante  
Nome do representante legal da licitante

**OBSERVAÇÃO:** A carta de credenciamento deverá ser apresentada no início da sessão, ao Pregoeiro, fora dos envelopes de habilitação e proposta, em conformidade com os preceitos do Item 03 do Edital.





**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014**

**ANEXO III  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO**

Através da presente, declaro(amos) expressamente que a Empresa ....., CNPJ nº ....., não está impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, em suas esferas federal, estadual e municipal, e que não possui, em seu quadro de pessoal empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei nº 8666/93 e art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

Declaro(amos) ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicada, por escrito o Município de Fazenda Rio Grande.

Local , ## de ##### de 2014.

.....  
Assinatura do representante legal da licitante  
Nome do representante legal da licitante



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014**

**A N E X O IV  
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A Empresa ....., CNPJ nº ....., neste ato representada por seu sócio-gerente/presidente/diretor Sr. ...., declara, sob as penas da lei, que não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local , ## de ##### de 2014.

.....  
Assinatura do representante legal da licitante  
Nome do representante legal da licitante



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014**

**ANEXO V  
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

A Empresa ....., CNPJ nº ..... neste ato representada por seu sócio-gerente/presidente/diretor Sr ..... Declara para os devidos fins e direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 001/2013, instaurado pelo Instituto de Previdência de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, que:

- Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

- Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente Registro, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- Compromete-se a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do registro;

- Tem conhecimento e submete-se ao edital e anexos do PREGÃO PRESENCIAL n.º 003/2014, realizado pelo Instituto de Previdência de Fazenda Rio Grande.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local , ## de ##### de 2014.

.....  
Assinatura do representante legal da licitante  
Nome do representante legal da licitante



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014**

**ANEXO VI  
MODELO DE PROPOSTA**

*(razão social, CNPJ, endereço, telefone, “fac-símile” e e-mail)*

AO Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande  
Sr. PREGOEIRO,

Ref.: Processo Administrativo nº #####  
Edital de Pregão nº. #####

Pelo presente vimos apresentar e submeter à apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta de preços, a preços fixos e sem reajuste, relativa à licitação em epígrafe, cujo objeto é a locação de software previdenciário para uso do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande.

Item	Quantidade meses	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
único	12	Locação de software previdenciário, nos moldes especificados no edital em epígrafe		

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no regime de tributação de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelece o artigo 3º da lei complementar nº. 123/2006.

(somente na hipótese de o licitante ser microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP))

Local, ## de ##### de 2014.

.....  
Assinatura do representante legal da licitante  
Nome do representante legal da licitante



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014**

**ANEXO VII**

**MINUTA DO CONTRATO**

No dia ### do mês de ##### no ano de 2013, o **INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE**, inscrita no CNPJ n.º 05.145.721/0001-03, situado à Avenida Cedro, 507 – Eucaliptos , no Município de Fazenda Rio Grande, Estado Paraná, CEP 83.820-004, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. Anderson Gabriel Hoshino, brasileiro, portador da cédula de identidade registro geral nº #####/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º #####, e a Empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual/Municipal n.º \_\_\_\_\_, situado à \_\_\_\_\_, a neste ato representada pelo Sr(s). \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade registro geral n.º \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, nos termos das Leis Federais números 8.666/90 e 10.520/2002, e dos Decretos Municipais números 1095/2005 e ###/###, e demais normas legais pertinentes, e conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial, Edital n.º ###/2013, resolve registrar os preços nos seguintes termos:

**01 – DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto do presente contrato, sob regime de preço global, Contratação de empresa para Locação de Software Previdenciário, nos moldes especificados neste Termo.

**1.2** - Os serviços previstos neste contrato serão executados de acordo com o que consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial n.º 003/2014.

**1.3** - Na execução dos serviços, a contratada estará obrigada a observar todas as condições estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência que passa a integrar este contrato, bem como a legislação Federal, Estadual e do Municipal em relação ao objeto do presente contrato.

**1.4** - Salvo o que tiver sido expressamente modificado pelo presente instrumento, os serviços ora contratados serão efetuados em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:

**a** – Edital de Pregão Presencial n.º 003/2014 e seus anexos;



**b** – Proposta da Contratada.

## **02 – DA FONTE DE RECURSOS**

**2.1** - Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta CONTRATO provêm da receita própria do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande e, que ocorrerá através da seguinte dotação orçamentária: 13.01.09.271.0011.2.092-3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Sistemas, do orçamento para o exercício de 2014, e serão consignadas em dotação específica nos orçamentos dos exercícios seguintes.

## **03 - DOS PREÇOS**

3.1 - O valor global para execução dos serviços é de R\$ ..... (.....).

## **04 – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1** - O prazo para execução serviços ora contratados será de 12 (doze), contados a partir da sua assinatura.

**4.2** – Os prazos acima poderão ser prorrogados por igual período, conformidade o que dispõe o artigo 57, inciso II da lei 8.666/93 e suas alterações.

**4.3** - As demais condições que envolvem os prazos e condições de aceitação dos serviços deste contrato são aquelas constantes do item 8 das condições gerais e item 7 das condições específicas do Edital, que a este integra.

## **05 – DOS PAGAMENTOS**

**5.1** - As condições para os pagamentos são as constantes no item 09 – Do Pagamento, do Edital de Pregão Presencial 003/2014.

## **06 – DO REAJUSTAMENTO**

**6.1.** O valor do presente contrato poderá reajustado a cada (12) meses, **se prorrogado**, com base na taxa obtida da média aritmética dos índices oficiais do Governo Federal: **INPC (IBGE)**, acumulados nos últimos doze (12) meses anteriores à data do reajuste.

## **07 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** As condições para as sanções administrativas são as constantes no item 12 – Das sanções, do Edital de Pregão Presencial nº 003/2014.

## **08 – DA FISCALIZAÇÃO**



**8.1** - A Fiscalização dos serviços objeto desta licitação, ficará a cargo do servidor  
#####

## **09 – DAS OBRIGAÇÕES DO FAZPREV**

**9.1** – O Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande se obriga a cumprir com as obrigações elencadas no item 5 do Termo de referência.

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Além das obrigações elencadas no item 4 do termo de Referência, a CONTRATADA se obriga, a durante a vigência do Contrato, a:

- a) fornecer juntamente com a execução do serviço toda a sua documentação fiscal, quando solicitada;
- b)- responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do serviço a si adjudicado;
- c)- manter, durante toda a vigência do contrato, todas as obrigações assumidas;
- d)- condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)- aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93

## **11 – DOS DOCUMENTOS ANTERIORES**

**11.1** Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do processo de contratação, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador dos serviços ora contratados, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande e a contratada.

## **12 – DOS TRIBUTOS**

**12.1.** Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou de tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria) após a assinatura deste contrato, que reflita comprovadamente nos preços ora contratados, facultará às partes a sua revisão para mais ou para menos, por mútuo e expresse acordo, observada a legislação vigente.





**13 – DA RESCISÃO**

**13.1** - Este contrato poderá ser rescindido nos casos definidos no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

**13.2** – No caso de rescisão administrativa observar-se-á o reconhecimento dos direitos da contratante prevista no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**14 – DO FORO**

**14.1.** Fica definido o Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca Central da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro para solução de quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores, em vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Fazenda Rio Grande (PR), ## de ##### de 2014.

#####  
Diretor Presidente

#####  
Pregoeiro

#####  
Empresa X